

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Parceria

O governo Lula formalizou na última terça (10) em decreto a criação de uma diretoria no Ministério da Gestão para cuidar do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e estipulou que a administração será feita em articulação com o Ministério do Meio Ambiente. O arranjo pode desagradar a bancada ruralista, que estabeleceu a retirada do instrumento da pasta comandada por Marina Silva como condição para aprovar a medida provisória que reorganizou a Esplanada, no primeiro semestre.

PATERNIDADE O CAR é uma espécie de certificado para propriedades rurais de que estão cumprindo a legislação ambiental, e por isso considerado estratégico para o agronegócio. Questionado, o Ministério da Gestão justificou que o “CAR nasceu no MMA [Meio Ambiente]”. No governo de Jair Bolsonaro (PL), o instrumento estava ligado à pasta da Agricultura.

CARIMBO 1 Relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), o deputado Danilo Forte (União-CE) articula com o presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, a inclusão de mecanismos de controle sobre as chamadas “emendas Pix”. A modalidade permite acelerar o repasse de verbas para estados e municípios sem vínculo com projetos específicos, o que dificulta a fiscalização.

CARIMBO 2 Anegociação ocorre em meio a uma movimentação do Congresso para tentar ampliar no Orçamento o espaço reservado para essas transferências especiais. A ideia do relator é estabelecer como contrapartida ao aumento dos recursos uma forma de identificar o destino da verba depois que ela chegar ao município.

TIPO EXPORTAÇÃO Oitenta pessoas que devem concorrer nas eleições municipais da Costa Rica no ano que vem concluirão neste sábado (14) um curso de formação política, usando o modelo do RenovaBR. A entidade dedicada à renovação política já formou cerca de 2.000 lideranças brasileiras. O curso foi promovido pela escola +Costa Rica. Do total de alunos, 52,5% são mulheres e 47,5% são homens.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Thiago Resende

Cláudio



GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 39,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
	seg. a sáb. dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6 R\$ 9	R\$ 942,90
DF, SC	R\$ 7 R\$ 10	R\$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 7,50 R\$ 11	R\$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,50 R\$ 14	R\$ 1.618,90
Outros estados	R\$ 12 R\$ 15	R\$ 2.008,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
796.039 exemplares (agosto de 2023)



O ex-ajudante de ordens e tenente-coronel Mauro Cid, fardado com condecoração Pedro Ladeira - 11.jul.23/Folhapress

Exército enfrenta caso inédito e possível desgaste devido a promoção de Cid

Ex-ajudante de Bolsonaro que fez delação concorre ao coronelato em 2024, e veto de comandante deve ter resistência de militares

César Feitoza

BRASÍLIA A turma da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) de 2000 é a próxima a entrar no ciclo de promoções a coronel, em 2024, e o tenente-coronel Mauro Cid estaria, pelo histórico nas Forças Armadas, entre os primeiros lugares na corrida pela terceira estrela de fundo dourado.

As suspeitas que pesam contra o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), porém, trarão uma circunstância vista como inédita pelo Exército, que já provoca discussões na tentativa de evitar novos desgastes envolvendo militares.

De um lado, interlocutores do comandante da Força, general Tomás Paiva, avaliam que ele deve buscar alguma forma de segurar a promoção de Cid, que firmou acordo de delação premiada com a Polícia Federal em meio a uma série de investigações no período em que foi braço direito de Bolsonaro — como nos casos das joias, de golpismo e de fraude à carteira de vacinação.

De outro, generais ouvidos pela Folha dizem que Cid não poderia ficar sub judice e ter a promoção congelada por não ser réu.

As promoções estão previstas para abril, agosto e dezembro de 2024. Colegas de Cid ouvidos pela reportagem veem possibilidade de o ex-ajudante de ordens conseguir progredir na carreira na primeira oportunidade, já que é considerado o cabeça da turma.

Coroados com o primeiro lugar do mestrado da Esao (Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais), prêmio que fica exposto em medalharia farda de Cid, o tenente-coronel deve enfrentar resistência enquanto estiver sendo alvo da PF, mesmo com o acordo de delação premiada.

Qualquer decisão sobre o assunto, porém, só será tomada às vésperas do fim do processo de promoção, na expectativa de que a PF já tenha concluído a investigação e o Ministério Público oferecido denúncia sobre os casos que envolvem Cid.

A lei que define os critérios e processos para a promoção de oficiais das Forças Armadas é de 1972, período de endurecimento da ditadura militar, sancionada pelo general Emílio Garrastazu Médici.

O decreto que regulamenta as promoções é de 2001, período em que o então presidente

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) tomava medidas duras de restrição orçamentárias e de benefícios dos militares.

Pelas normas do Exército, as promoções são analisadas pela Comissão de Promoções de Oficiais, composta por 18 generais e presidido pelo chefe do Estado-Maior do Exército. O colegiado analisa ao menos nove critérios básicos, como o rendimento escolar, o desempenho nos cargos ocupados e a capacidade de liderança.

Os militares que se tornam réus em processos criminais ficam sub judice e têm a carreira congelada à espera do julgamento.

No caso de Cid, que é delator mas nem sequer foi indiciado, a Comissão de Promoções de Oficiais pode argumentar outros motivos para definir que o militar não está habilitado a concorrer à progressão da carreira.

Uma das decisões possíveis é excluir Cid da disputa ao posto de coronel sob o argumento de ser “incapaz de atender” aos requisitos estabelecidos como “conceito profissional e conceito moral”. A decisão final cabe ao comandante da Força.

Neste caso, o militar seria submetido a um Conselho de Justificação que julgará se ele é digno de pertencer à Força — com a possibilidade de expulsão do Exército.

A cúpula militar, no entanto, espera uma eventual condenação de Mauro Cid para instalar o Conselho de Justificação ou ver o militar ser expulso da corporação pelo STM (Superior Tribunal Militar).

A resolução do impasse é estudada por generais próximos ao comandante do Exército. Por outro lado, três colegas de Cid afirmaram à Folha que um possível veto à promoção do tenente-coronel seria uma decisão política que aumentaria a resistência dos militares à atuação da cúpula da Força.

“O Centro de Comunicação Social do Exército informa que, para fins de promoção, o Tenente-Coronel Mauro César Barbosa Cid se encontra nas condições previstas no Art. 35, da Lei 5.821, de 10 de novembro de 1972. A Comissão de Promoções ainda não iniciou a análise para o processo de promoção da referida Turma de formação”, disse o Exército, em nota, destacando o artigo que define quando um militar está proibido de disputar a promoção.

MAURO CID É ALVO DE VÁRIAS INVESTIGAÇÕES

Golpismo
Minuta golpista e estudo para intervenção das Forças Armadas foram achados nos celulares de Cid

Vacina contra coronavírus
O ex-ajudante foi preso em maio pela suspeita de falsificar os cartões de vacinação dele e de Bolsonaro

Joias
Cid é alvo na operação que apura se Bolsonaro atuou para ficar e vender joias presenteadas pela Arábia Saudita

Urnas e vazamento
Cid teria se envolvido na organização da live de julho de 2021, quando Bolsonaro atacou as urnas, e no suposto vazamento de inquérito da PF sobre ataque hacker ao TSE

Mentira sobre vacinas
O militar é alvo em inquérito sobre quando o ex-presidente relacionou a vacina contra a Covid à Aids

Enriquecimento
A PF apura suspeitas sobre transações feitas por Cid no gabinete de Bolsonaro

A reportagem não conseguiu contato com Mauro Cid.

Como a Folha mostrou em janeiro, em perfil sobre Cid, o tenente-coronel recebeu do próprio general Tomás Paiva, em 2018, o aviso de que havia sido selecionado para chefia da ajudância de ordens do recém-eleito presidente Jair Bolsonaro.

A época, Tomás era chefe de gabinete do comandante Villas Boas, que havia escolhido Cid para o cargo pelo fato de seu pai, o general da reserva Mauro Cesar Lourenço Cid, ser amigo próximo de Bolsonaro desde quando ambos eram cadetes na turma de 1977 na Aman.

Quatro anos e dois meses depois, Tomás ligou novamente para Cid, já como chefe do Exército, para avisar que o militar não assumiria mais o 1º BAC (Batalhão de Ações de Comandos), em Goiânia (GO), por decisão do presidente Lula (PT) e do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro.

O batalhão goiano é o principal das Forças Especiais, a tropa de elite do Exército, e assumir o disputado cargo de chefe do 1º BAC é sinal de que o caminho para o generalato está traçado.

Cid, porém, passou a responder a uma série de apurações na Justiça pelo trabalho ao lado de Bolsonaro.

É investigado por participar da organização de uma live em que o ex-presidente fez ataques contra o sistema eleitoral; por suspeitas envolvendo a gestão de recursos da família presidencial; pela venda de joias de Estado, recebidas por Bolsonaro, após o fim do mandato de presidente; e pela falsificação de cartões de vacinação, para ingresso nos Estados Unidos.

Mauro Cid, 44, ficou preso por mais de quatro meses até ser solto, por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), após ter fechado um acordo de delação premiada com a Polícia Federal.

Ele precisa cumprir uma série de medidas restritivas, como não contatar outros investigadores, usar ternozeleira eletrônica e comparecer semanalmente à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal.

Com a delação, os investigadores pretendem avançar nas apurações sobre a venda das joias e os planos golpistas discutidos entre Bolsonaro, militares e aliados.